

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 519.742 - SE (2019/0193849-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : JOSE RONILSON MENEZES
ADVOGADO : JOSE RONILSON MENEZES - SE002917
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PACIENTE : JOSEFA FERREIRA BARBOSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de JOSEFA FERREIRA BARBOSA contra a decisão que decretou a prisão preventiva em desfavor da ora paciente nos autos da ação penal em que foi condenada ao cumprimento de 21 anos, 9 meses e 16 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 226 dias-multa, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 171, § 3º, do Código Penal, por duas vezes, em continuidade delitiva, 3297, c/c o art. 304, por vinte e três vezes, em continuidade delitiva, e no art. 2º da Lei 12.850/2013.

Alega o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, consubstanciado no flagrante excesso de prazo para a formação definitiva da culpa, uma vez o paciente estaria preventivamente segregado há mais de dois anos, sem que se tenha previsão para o julgamento do recurso de apelação interposto pela defesa no ano de 2017.

Sustenta, ainda, que a ilegalidade provém também da ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, pois não teria sido demonstrando concretamente de que forma, em liberdade, a acusada colocaria em risco a ordem pública, a instrução criminal e aplicação da lei penal (art. 312 do Código de Processo Penal – CPP).

Por fim, defende a possibilidade de conversão da segregação processual por prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do CPP, diante da prole de sete filhos, três deles menores de 12 anos de idade. Ainda, sugere a substituição da constrição *ante tempus* por cautelares mais brandas, previstas no art. 319 do mesmo diploma legal, mormente diante das condições pessoais favoráveis da ré.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja cassada a ordem de prisão ou, subsidiariamente, seja convertida em prisão domiciliar.

Informações prestadas (e-STJ fls. 41-47e 490-492).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela manutenção da decisão impugnada.

É o relatório.

O reclamo não merece acolhimento.

É que, de acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de origem às e-STJ fls. 490-492, na sessão de julgamento realizada no dia 17/8/2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa, reduzindo a pena da ora paciente para 10 anos, 9 meses e 21 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais 120 dias-multa, pelo cometimento dos delitos do art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 171, § 3º, do Código Penal, por 30 vezes, em continuidade delitiva.

Assim, considerando-se a nova realidade processual inaugurada com a revisão do édito condenatório pelo 2º grau de jurisdição, perdeu o objeto o presente reclamo quanto aos pleitos ora expostos.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DO DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA. COMPETÊNCIA. PACIENTE ABSOLVIDO. PREJUDICADO. CORRÉU CONDENADO. ESGOTAMENTO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO. RITO DOS CRIMES FUNCIONAIS. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Considerando a superveniência de sentença condenatória e do julgamento da apelação criminal, esgotados os recursos da via ordinária, fica prejudicado o habeas corpus no ponto em que se discutiam os fundamentos da prisão preventiva, tendo em vista que a segregação passou a decorrer da execução provisória da pena imposta.

[...]

Habeas Corpus parcialmente prejudicado e, no mais não conhecido.
(HC 245.240/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 06/11/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO.

NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. PRECEDENTES.

1. Com a superveniência do julgamento da apelação, prejudicado o writ anteriormente impetrado, uma vez que a medida, a partir de então, tem novo título judicial que alterou o cenário fático-processual. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 79.778/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

Diante do exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o *habeas corpus* pela perda de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator